

CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA-AÇÃO COLABORATIVO-CRÍTICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DA REDE MUNICIPAL DE VITÓRIA-ES

CONTRIBUTIONS OF COLLABORATIVE-CRITICAL RESEARCH-ACTION IN SPECIAL EDUCATION OF MUNICIPAL SCHOOLS IN VITÓRIA-ES

Alexandro Braga Vieira¹
Lara Regina Cassani Lacerda²
Clayde Aparecida Belo da Silva Mariano³

Resumo: O texto busca apresentar um estado da arte acerca de estudos realizados no Programa de Pós-Graduação em Educação da Ufes (PPGE/Ufes) que tomaram a pesquisa-ação colaborativo-crítica como aporte teórico-metodológico para contribuir com os processos de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na Rede Municipal de Vitória – ES. Apresentamos os pressupostos teóricos da pesquisa-ação colaborativo e o estado da arte anunciado. Para a recolha dos dados, foi consultada a página do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Ufes e a biblioteca central da universidade, tendo em vista os trabalhos mais antigos não estarem disponíveis online. Como resultados, evidencia-se que o PPGE-Ufes é um dos programas (no Brasil) que muito adota a pesquisa-ação colaborativo-crítica no âmbito da pesquisa em Educação Especial e que tal metodologia vem contribuindo significativamente com as políticas de Educação Especial na Rede Municipal de Educação de Vitória – ES, seja no campo da formação continuada, dos currículos, das práticas pedagógicas, das redes de apoio ou dos processos de avaliação da aprendizagem.

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão escolar. Pesquisa-ação colaborativo-crítica.

Abstract: This paper seeks to present a state of the art about studies carried out in the Postgraduate Program in Education of Ufes (PPGE/Ufes) that took collaborative-critical research-action as a theoretical and methodological contribution to support the schooling processes of students with disabilities, Global Developmental Delays and high skills/gifted students in Municipal Schools of Vitória - ES. We present the theoretical assumptions of collaborative research- action and the state of the art announced. To collect data, the webpage of the Graduate Program in Education of Ufes Education Center and the university's central library were consulted, since older works are not available online. As a result, it is evident that PPGE-Ufes is one of the programs (in Brazil) that adopts a collaborative and critical research-action in the scope of Special Education research and that this methodology has contributed significantly with Special Education policies in Municipal Education Schools of Vitoria - ES,

¹ Coordenador do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação do Centro de Educação da Ufes e professor do Programa de Pós-Graduação de Ensino, Educação Básica e Formação de Professores do CAA – Ufes – Alegre/ES. Email: allexbraga@hotmail.com

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação do Centro de Educação da Ufes.

³ Mestra pelo Programa de Pós-Graduação de Ensino, Educação Básica e Formação de Professores do CAA – Ufes – Alegre/ES.

whether in the field of continuing education, educational curriculum, pedagogical practices, support networks or learning assessment processes.

Key words: Special Education. School inclusion. Collaborative-critical research-action.

Introdução

Iniciamos as reflexões deste texto rememorando o processo de redemocratização da Educação brasileira – intensificado no transcorrer dos anos de 1980 – e reafirmando o quando tal perspectiva convocou mudanças no cenário educativo para que as escolas de ensino comum se configurassem em espaços inclusivos. A recomposição das escolas em ambientes inclusivos toma como princípio que todos os estudantes – independentemente de suas condições de ser/estar no mundo – têm a prerrogativa legal de acesso, permanência e o direito de aprender, aproximando esse debate dos estudos de Boaventura de Sousa Santos (2007) quando afirma a necessidade de equilíbrio entre os pressupostos da igualdade e da diferença, tendo em vista não sabermos pensar as diferenças com igualdade.

Os debates firmados em função da redemocratização da Educação e a composição de políticas públicas inclusivas possibilitaram que muitos grupos sociais excluídos dos/nos cotidianos escolares passassem a habitá-lo – ganhando destaque àqueles que no Brasil são denominados de estudantes que apresentam deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008) – contexto respaldado no campo normativo pela Constituição Federativa do Brasil de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 9.394/96 e documentos subjacentes, além de produções teóricas que tomam a Educação Especial como um movimento ético, político, filosófico e pedagógico que simultaneamente produz conhecimento sobre os processos de escolarização desses alunos na escola comum e colabora com a composição de redes de apoio para se fazer materializar o que foi preconizado na legislação brasileira: o direito de aprender (MENDES, 2010; BAPTISTA, 2011).

Para que a Educação se configure em um direito social para esses estudantes, a realização de pesquisas acadêmicas – com os mais variados aportes metodológicos – tem se apresentado como um movimento capaz de apontar contribuições para problematizarmos as várias tensões

que emergem nos cotidianos escolares desafiados com a escolarização desses sujeitos, situação que nos faz concordar com Demo (1993, p. 127), quando entende que “[...] a alma da vida acadêmica é constituída pela pesquisa, como princípio científico e educativo, ou seja, como estratégia de geração de conhecimento e de promoção da cidadania”.

Assim, assumindo essa linha de raciocínio, buscamos apresentar reflexões sobre como a pesquisa-ação colaborativo-crítica vem contribuindo com os processos de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados nas unidades de Educação Infantil e de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Vitória-ES, tomando como eixo condutor, os estudos que adotaram a metodologia como impulsionadora da compreensão dos processos de escolarização desses sujeitos, atrelados à busca de novos possíveis de se educar na diferença/diversidade humana.

Para tanto, apresentando alguns pressupostos teóricos da pesquisa-ação colaborativo-crítica e um estado da arte – a partir de estudos de mestrado, doutorado e pós-doutorado realizados no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo-PPGE/CE/UFES – quando os trabalhos analisados relacionam a pesquisa-ação colaborativo-crítica aos pressupostos da Educação Especial em uma perspectiva inclusiva, na rede de ensino supracitada.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA PESQUISA-AÇÃO COLABORATIVO-CRÍTICA

Dentre as várias estratégias metodológicas empenhada em compreender a dinâmica escolar em tempos de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, os pressupostos da pesquisa-ação colaborativo-crítica vêm sendo utilizados por vários investigadores (GIVIGI, 2007; MENDES, 2010; JESUS, VIEIRA, EFFGEN, 2014), principalmente por requerer o diálogo crítico e reflexivo entre pesquisa e ação, pois tal metodologia fundamenta-se no pressuposto de que é possível conjugar a compreensão da realidade social e a produção de conhecimentos – base de sustentação da pesquisa acadêmica – com a promoção de novas linhas de ação e de

pensamento no cotidiano investigado para enfrentamento dos desafios que nele emergem (BARBIER, 2004).

No Brasil, já por certo tempo, a pesquisa-ação colaborativo-crítica vem contribuindo com a composição de conhecimentos, propostas de formação continuada, políticas públicas educacionais, práticas pedagógicas, políticas/práticas de avaliação e processos de gestão e de organização do trabalho pedagógico visando à escolarização desses estudantes, situação que nos instiga a revisitar alguns de seus pressupostos para reafirmarmos a importância de tal metodologia investigativa na pesquisa em Educação Especial. Um fundamento importante desta metodologia investigativa – que leva muitos pesquisadores a recorrer aos seus pressupostos para realizar estudos em Educação Especial – diz respeito à composição do objeto de investigação.

Segundo Barbier (2004), a sistematização deste objeto não é aprioristicamente desenhada pelo pesquisador, mas, ao contrário, em conjunto com os sujeitos que habitam o campo pesquisado, já que os desafios e as tensões existentes nesse cotidiano é que vão se enredar e apresentar ao pesquisador o que necessita ser visto/investigado/compreendido/problematizado para este sujeito, com os praticantes da escola, compor novas possibilidades de ação para enfrentamento dos desafios da prática.

Como muitas outras metodologias de investigação, a pesquisa-ação toma a realidade social como seu lócus de exploração. Não explora uma realidade abstrata ou idealizada. Trabalha com situações concretas, buscando não se deixar vencer pelas fatalidades ou por pensamentos que querem nos dizer: Não há soluções, quando, na realidade, elas podem se constituir [...]. É esse processo que mescla investigação, ação-reflexão-ação, movimentos coletivos e uma atitude propositiva diante do vivido (nutrida pela reflexão crítica) que faz da pesquisa-ação uma possibilidade de o pesquisador compreender a realidade social e, simultaneamente, produzir novos-outros conhecimentos e constituir espaços de formação com os sujeitos envolvidos no estudo, na busca de novas linhas de pensamento e de ação (JESUS, VIEIRA, EFFGEN, 2014, p. 658-659).

A composição do objeto de investigação com a escola – e não para ela ou sobre ela ou ainda somente a partir de um olhar amplo do pesquisador – empodera a instituição escolar, tendo em vista ela conseguir constituir um meta-olhar crítico-reflexivo sobre si, podendo se

perceber. Perceber-se nas questões que a desafia e ver-se para além de um prédio escolar em que circulam pessoas em meio a salas de aulas, carteiras, programas de ensino, horários e conceitos. Além disso, perceber-se como espaço-tempo que vai se instituindo “escola”, por meio das questões trazidas pelos sujeitos concretos que nele habita, bem como dos processos de negociação e de um conjunto de estratégias que são cotidianamente constituídos nos atos de ensinar e aprender, fazendo-o ser, simultaneamente, um campo de desafios, mas também de potencialidades.

Assim, se a pesquisa-ação colaborativo-crítica traz o pesquisador para a cotidianidade da escola, para com ela compor o que será investigado, a busca pelos caminhos possíveis para responder a essa problemática também se faz de maneira profícua entre pesquisador externo e os sujeitos envolvidos na investigação, pois a constituição do caminho metodológico também é composta entre pares, evidenciando, o caráter colaborativo e formativo desta metodologia de pesquisa, pois a pesquisa-ação colaborativo-crítica promove a articulação entre teoria e prática, a troca de saberes e experiências e a composição de ações solidárias em detrimento das solitárias (JESUS, VIEIRA, EFFGEN, 2014).

O delineamento do objeto de investigação e o percurso metodológico são elementos que nos permitem entender que em pesquisa-ação colaborativo-crítica, o processo de investigação não se realiza para as pessoas e nem muito menos sobre elas ou ainda para/sobre o cotidiano analisado, mas com eles. Esse pressuposto permite a composição de pesquisadores coletivos, uma vez que os desafios presentes no espaço-tempo escolar passam a ser uma responsabilização de todos e todos se articulam para compor coletivamente estratégias para transformação da realidade social. Assim, os pesquisadores desempenham, nesse contexto, uma dialética que articula implicação e distanciamento, afetividade e racionalidade, o simbólico e o imaginário, a mediação e o desafio, a autoformação e a heteroformação, a ciência e a arte (BARBIER, 2004).

Criar um universo cultural coletivo é uma tarefa fundamental do pesquisador em pesquisa-ação; no entanto, precisa fazê-lo na perspectiva de construção coletiva, de buscar participação, permitindo a contribuição de todos. Alerta: isso é diferente de organizar textos ou aulas para ‘aplicar’ nos participantes! É fundamental essa postura de buscar o outro, partilhar valores e agir de modo coerente com as expressões do grupo (FRANCO, 2016, p. 516).

Por isso, autores como Tripp (2005) e Franco (2016) ponderam o caráter formativo da pesquisa-ação colaborativo-crítica, pois ela conjuga compromisso em compreender a realidade social, a busca por mudanças no campo investigado, a necessidade da colaboração, além do reconhecimento de que sujeitos diferentes podem pensar e trabalhar juntos, porque tiveram a oportunidade de se respeitar e compor um projeto comum de Educação que caminha no sentido de pensar a escolarização de sujeitos que simultaneamente trazem singularidades e especificidades, por serem atravessados pelos pressupostos da igualdade e da diferença, situação que os faz reconhecer o grande desafio assumido e a importância de ações coletivas para sua superação. Por isso, Franco (2016, p. 516) alerta que “[...] não há participação, não há diálogo, não há reflexão, não há pesquisa-ação, se não houver um mínimo universo cultural comum entre os pesquisadores e sujeitos da prática.

O reconhecimento de que os desafios que movem a pesquisa-ação colaborativo-crítica são de todos permite que os sujeitos envolvidos na investigação passem a compor estratégias para provocar possíveis mudanças que desafiam o campo em análise. Essas possíveis mudanças, alerta Barbier (2004), são as metas pelas quais os pesquisadores coletivos compõem suas ações, sendo que elas nem sempre emergem de uma única vez, mas, quase sempre, em forma de “processos de mudanças”. Por isso, o autor salienta que as mudanças produzidas em pesquisa-ação se expressam em forma de espirais cíclicas, ou seja, são processuais, negociadas e cheias de idas e vindas, demandando um constante processo de ação-reflexão-ação dos pesquisadores para fazer com que as pistas e os indícios ganhem, gradativamente, um aceno de novas possibilidades de ação e de encaminhamentos.

Esse processo cíclico de mudanças no contexto investigado vai acenando outras possibilidades de trabalho docente, mas também constantes momentos de estudos, de novas composições de ações coletivas e de avaliação das ações implementadas/vividas, por isso, como diz Franco (2016, p. 524), “[...] a pesquisa-ação se propõe a ser um processo que forma os sujeitos para conviver criticamente na articulação de discursos instituídos e ação, o que pode possibilitar a revisão de teorias que não mais se justificam e práticas que já não criam sentidos”.

Esses pressupostos da pesquisa-ação colaborativo-crítica têm apontando contribuições significativas para pensarmos a materialização do direito à Educação nos cotidianos educacionais para estudantes considerados no Brasil como público-alvo da Educação Especial, pois essa forma de investigar a realidade educacional transversaliza a formação dos professores, a maneira como esses sujeitos lidam com os desafios que aparecem no planejamento e na execução das práticas pedagógicas, trazendo novas alternativas para se estabelecer relações com a diversidade/diferença humana e de se mediar a aprendizagem de todos na escola.

A PESQUISA-AÇÃO COLABORATIVO-CRÍTICA NO PPGE/UFES NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: O SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE VITÓRIA – ES EM TELA

Dentre os 78 municípios que compõem o Estado do Espírito Santo, eleger a rede municipal de ensino de Vitória (ES) para problematizar as contribuições da pesquisa-ação colaborativo-crítica na implementação de ações favorecedoras do direito à Educação para alunos público-alvo da Educação Especial ultrapassa o fato de nos reportarmos à cidade que sedia a capital do Estado. A Rede Municipal de Ensino de Vitória, desde o ano de 1990, vem implementando políticas públicas educacionais em articulação com estudos realizados no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Ufes visando à escolarização de estudantes público-alvo da Educação Especial, sendo que essas políticas tiveram início com a constituição de uma equipe de trabalho que deu sustentação à criação do Setor de Educação Especial – atualmente denominado Coordenação de Formação e Acompanhamento à Educação Especial – CFAEE – (GOBETE, 2014).

O processo de escolarização dos alunos público-alvo da Educação Especial conta com a implementação de políticas locais, mas também nacionais como a participação no Programa Escola Acessível, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Salas de Recursos Multifuncionais, Formação de Professores em Atendimento Educacional Especializado (especialização *latu sensu*), dentre outros. Se, encontramos ações propositivas em favor da inclusão de alunos apoiados pela modalidade de Educação Especial, nesta mesma via, muitos

desafios emergem, tanto no que se refere à escolarização de todos os alunos, bem como desse público em especial.

Com relação à escolarização de alunos apoiados pela modalidade de Educação Especial, se há crescimento nas matrículas; implementação de políticas para apoio aos estudantes; investimentos na formação dos professores e a contratação de profissionais, as dúvidas, os questionamentos, as incertezas e alguns movimentos de resistência atravessam o processo. Para muitos professores, subjetivar-se como um profissional que tem a tarefa de trabalhar o ato educativo com sujeitos marcados por algum tipo de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação se configura em uma questão desafiadora. Muitos atribuem que a formação inicial não os deu respaldo teórico e prático para lidar com a diversidade humana existente em sala de aula e pensar em como mediar os processos de apropriação do conhecimento de alunos marcados pela deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tem se tornado uma pergunta forte ainda como respostas fracas para muitos educadores, como diria Boaventura de Sousa Santos (2007) em seus estudos.

É deste contexto que emergem muitas possibilidades, mas também plurais desafios que vem se desenhando muitos estudos de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado pautados nos pressupostos da pesquisa-ação colaborativo-crítica que tomam o desafio de compor conhecimentos sobre a escolarização de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, bem como implementar alternativas com os profissionais da Educação para que esses sujeitos encontrem nas unidades municipais de ensino, ações pedagógicas que favoreçam o outorgado na Constituição Cidadã: o direito de aprender.

Assim, analisando o banco de dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, encontramos um expressivo número de estudos realizados na Rede Municipal de Ensino de Vitória que buscam apoiar a escolarização de alunos apoiados pela modalidade de Educação Especial. Diante desse mapeamento de estudos, problematizamos como alguns deles acenam as contribuições da pesquisa-ação

colaborativo-crítica no tocante da escolarização de alunos apoiados pela Educação Especial regularmente matriculados nas escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Vitória – ES.

Para iniciarmos o diálogo entre a pesquisa-ação colaborativo-crítica e suas contribuições no tocante à materialização do direito à Educação para alunos público-alvo da Educação Especial na rede municipal de Vitória-ES, vale recorrer ao estudo de Almeida (2010), realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Espírito Santo, que ao investigar os pressupostos metodológicos e epistemológicos da pesquisa-ação utilizados na produção acadêmica na área de Educação Especial em uma perspectiva inclusiva, no Brasil, encontra 45 estudos realizados, no transcorrer de 1999 a 2008, sendo que o primeiro se realiza no ano de 1999 na rede municipal de ensino de Vitória – ES, sendo fruto de uma investigação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo.

Assim, desde 1999 até 2017, encontramos 12 dissertações e 06 teses defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Ufes que tomaram a pesquisa-ação como uma metodologia capaz de contribuir com o processo de escolarização de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento nas ações planejadas e desenvolvidas na Rede Municipal de Vitória – ES, sendo que os últimos trabalhos que recorreram a referida metodologia de pesquisa foram defendidos no ano de 2014. Em 2015, tivemos um estudo de pós-doutoramento pautado na metodologia de pesquisa em análise, por sua vez realizado no referido programa e em uma escola municipal de Vitória.

Assim, o primeiro estudo foi realizado no final dos anos de 1990, de autoria de Edson Pantaleão Alves (1999). O autor toma a pesquisa-ação como uma possibilidade de desencadear processos formativos com professores que atuam em uma escola da rede municipal de Vitória – ES, tendo em vista a necessidade de se potencializar as práticas pedagógicas para se ampliar as possibilidades de aprendizagem de alunos considerados “frutos do fracasso escolar”.

O estudo de Pantaleão (1999) problematiza que, em várias unidades escolares, os índices de repetência escolar eram significativos, situação que levou a Secretaria de Educação a desenvolver um projeto visando criar novas alternativas de aprendizagem para alunos defasados idade/série. A dissertação de Mestrado, ao buscar na pesquisa-ação, elementos para fortalecer o projeto desenvolvido pela rede de ensino, possibilitou o desenvolvimento de ações de colaboração com os professores do ensino comum, deixando como legado a potência das ações coletivas, o planejamento em conjunto, as práticas pedagógicas permeadas pela reflexão crítica e respeito à diversidade/diferença e o acompanhamento dos percursos de aprendizagem dos alunos, e, principalmente problematizações sobre o que venha a ser o “fracasso escolar” – desfocando-o do estudante – e trazendo-o um fenômeno escolar que precisa ser combatido por meio do diálogo, da negociação constante e da busca por novos modos de mediar o conhecimento em sala de aula.

No início dos anos 2000, vários outros estudos também buscaram na pesquisa-ação colaborativo-crítica possibilidades de compreender a dinâmica escolar, construindo, com os sujeitos praticantes do cotidiano escolar, novas posturas e encaminhamentos para os desafios das práticas docentes. Nesta época, a Rede Municipal de Vitória vivia a implementação dos laboratórios pedagógicos para atendimento às necessidades específicas de alunos público-alvo da Educação Especial no contraturno. A escola que contava com este laboratório atendia um grupo de escolas circunvizinhas, tendo professores de diferentes áreas da Educação Especial e um coordenador.

Assim, Gonçalves (2003) buscou pensar o impacto das ações coletivas entre professores do ensino comum e de Educação Especial no planejamento/sistematização/mediação das práticas pedagógicas, desenvolvendo, para tanto, momentos de formação continuada e trabalhos colaborativos entre os profissionais da Educação de uma escola da Rede Municipal de Vitória. O estudo de Gonçalves (2003) deixou como herança a compreensão de que a escola é um rico espaço-tempo de formação de professores e que as ações coletivas retiram os professores de práticas pedagógicas solitárias para a vivência daquelas que podemos denominar de solidárias.

Outro estudo que trouxe contribuições para os processos de inclusão de estudantes público-alvo da Educação Especial na Rede Municipal de Vitória foi o de Almeida (2004) que também adotou a formação continuada e as ações de colaboração como uma possibilidade de se construir conhecimentos e propostas pedagógicas a partir do ensino em multiníveis como elemento facilitador de acesso ao currículo comum para toda a turma. O trabalho em níveis diferenciados pode ser realizado de diferentes maneiras, considerando os objetivos dos professores: “[...] alunos de um mesmo nível em grupo realizando cada um sua tarefa; alunos de um mesmo nível realizando uma só tarefa; realização de tarefas individualmente; alunos de diferentes níveis reunidos em grupo, etc.” (ALMEIDA, 2004, p. 78).

Segundo Almeida (2004), o trabalho em multiníveis potencializa as práticas pedagógicas e cria caminhos alternativos para se mediar os processos de ensino-aprendizagem de alunos com diferentes percursos de aprendizagem, tendo como referência o currículo da turma. Diferenciam-se as estratégias, os recursos, a complexidade das atividades, no entanto, medeia-se o mesmo conteúdo com todos, fazendo o ato educativo se mostrar mais criativo, mais atraente e mais significativo para os alunos.

Com esse estudo, a Rede Municipal de Vitória pôde refletir o quanto a partilha de conhecimentos e significados para a prática pedagógica, por meio da formação em contexto e do ensino em multiníveis, possibilita a colaboração entre os pesquisadores coletivos, potencializa o desenvolvimento profissional docente, colabora com a composição de práticas possíveis com classes heterogêneas, principalmente aquelas desafiadas em mediar processos de escolarização de estudantes com maiores comprometimentos cognitivos (ALMEIDA, 2004).

Ainda nos anos 2000, Sobrinho (2004), em seu estudo de mestrado, buscou potencializar as relações entre a escola e a família de alunos apoiados pela modalidade de Educação Especial. O estudo nasce em uma escola da rede municipal de Vitória - ES, possibilitando a criação de um fórum de familiares de pessoas com deficiência que objetiva trabalhar colaborativamente com a escola visando criar as condições necessárias para que os alunos tenham ampliadas as suas possibilidades de acesso, permanência e apropriação do conhecimento. O Fórum de

familiares de pessoas com deficiência trouxe vários subsídios para a rede de ensino fortalecer a relação família e escola, bem como para sistematizar propostas de formação continuada de professores visando à reflexão crítica da temática em tela, além de compor um conjunto de políticas públicas (em diálogo com os familiares dos alunos) para satisfazer as necessidades de aprendizagens dos alunos e de trabalho pedagógico dos professores.

Tomando agora, a formação e as ações dos pedagogos escolares na interface com os pressupostos da escolarização de estudantes público-alvo da Educação Especial, Martins (2005) traz como objeto de sua investigação de mestrado as redes de saberes-fazer do pedagogo escolar em uma unidade de ensino da Rede Municipal de Vitória - ES. A autora defende os investimentos a serem feitos na formação continuada de pedagogos e acena as possibilidades de esse profissional sistematizar (com os professores) nos espaços-tempos de planejamento, atividades/projetos em multiníveis para garantir a apropriação do currículo comum para estudantes público-alvo da Educação Especial matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental. Com isso, aponta pistas para a Rede Municipal de Vitória compor políticas públicas para a inclusão dos estudantes nesta etapa de ensino, bem como para apoiar os pedagogos para que esses se sintam articuladores de novas-outras possibilidades de se organizar o trabalho pedagógico com docentes sem uma formação específica em Educação Especial, mas que tem grandes contribuições a dar nos processos de apropriação do conhecimento por parte dos alunos.

Outros estudos de mestrado emergiram no transcorrer dos anos 2000. Menenguci (2005) toma uma escola da Rede Municipal de Vitória para problematizar a importância de tê-la como espaço de formação para se articular práticas pedagógicas entre os serviços de apoio especializado e a sala de aula comum. Entende que a articulação entre os profissionais que atuavam no Laboratório Pedagógico (atendimentos no contraturno) e os docentes de sala de aula se coloca como um elemento facilitador dos processos de inclusão escolar. Diante disso, vai apontando pistas sobre como articular as ações do turno regular e do contraturno visando contemplar às necessidades comuns de aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial (via currículo da turma) e as específicas (atividades realizadas no contraturno),

criando canais de diálogos entre os professores e sistematização de projetos/ações de forma a fazer um turno dialogar com outro.

Já Vieira (2007), buscou criar alternativas para envolvimento de crianças com necessidades educacionais especiais no currículo escolar, potencializando as práticas pedagógicas e as ações de colaboração entre professor regente e de Educação Especial. O estudo constituiu-se por meio de dois momentos: o primeiro, processos de observação, colaboração e encontros com os professores para reflexão; e o segundo, por meio da formação geral para a escola, formação para os profissionais em atuação no atendimento especializado, continuidade da ação colaborativa em sala de aula e encontro com um grupo focal para avaliação. Esse estudo, mais uma vez, fortalece as políticas de Educação Especial na Rede Municipal de Vitória, pois adensa as ações que a rede de ensino já vinha realizando no campo da formação de professores.

Como resultados, o estudo traz as seguintes contribuições para as políticas de Educação Especial de Vitória - ES: a) possibilidades de ação colaborativa marcada pelo planejamento/ação/reflexão; b) desenvolvimento de estratégias diferenciadas de ensino-aprendizagem; c) articulação da Educação Especial com as ações da escola; c) maior comprometimento dos professores do ensino comum com os alunos com necessidades educacionais especiais. Em vários depoimentos, os professores sinalizaram que a pesquisa-ação colaborativo-crítica os ajudou a buscar meios para a escola desnaturalizar os processos de exclusão, podendo, os alunos, desenvolver suas potencialidades e ter acesso ao o direito constitucional de aprender.

O estudo de Caetano (2007) foi mais uma dissertação de mestrado, pautada na pesquisa-ação colaborativo-crítica, que trouxe contribuições para as políticas de inclusão escolar na Rede Municipal de Vitória – ES. O estudo foi desenvolvido em uma escola que havia constituído uma sala multisseriada em virtude de se possuir um significativo número de alunos defasados idade/série. Essa sala, agrupou-se sujeitos com diferentes idades, estilos de aprendizagem e relações interpessoais, configurando um desafio para as práticas docentes. Por meio da formação continuada em contexto, os professores puderam analisar suas decisões e

encaminhamentos, aprofundarem os conhecimentos docentes sobre como mediar contextos heterogêneos de aprendizagem e planejar práticas de ensino que permitissem aos alunos constituírem uma relação mais propositiva/profícua em relação ao que lhes era ensinado.

Ainda em 2007, foi defendida a primeira tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, sendo os dados também coletados em uma escola da Rede Municipal de Educação de Vitória por meio da pesquisa-ação colaborativo-crítica. Givigi (2007) discute as práticas educativas e a inclusão de sujeitos com necessidades educacionais especiais, por deficiência e sem fala articulada, promovendo intervenções e compondo momentos de reflexão sobre as práticas educativas e as formas de significação dos processos de inclusão pelos profissionais da escola.

Em suas discussões, a autora problematiza que a pesquisa-ação colaborativo-crítica mostrou-se como uma metodologia de pesquisa que permitiu o encontro entre a compreensão da realidade social, a composição de várias ações para inclusão de estudantes sem fala articulada, experiências de colaboração entre os profissionais envolvidos, além de constantes processos de reflexão crítica das políticas de inclusão escolar, dos saberes-fazeres docentes e do direito de os estudantes acessarem os conhecimentos sistematizados.

Ao final do processo de pesquisa-ação colaborativo-crítica, a pesquisadora observou transformações nas falas dos sujeitos envolvidos nos processos de formação continuada no que se refere aos modos como significação dos estudantes e a crença na potencialização de suas possibilidades de aprendizagem. Essas mudanças implicaram na transformação das práticas pedagógicas. Segundo a autora, novas ações produzem novos sentidos e novos discursos produzem novas práticas. Com o fazer da pesquisa, rachaduras no que parecia instituído, permitiam perceber que os discursos e práticas já não tentavam garantir uma hegemonia, mas pensar outros sentidos sobre como ser uma escola inclusiva (GIVIGI, 2007).

No final da década de 2000, outros estudos foram se constituindo. Oliveira (2007) busca pensar nas contribuições do jogo no processo de inclusão escolar de estudantes público-alvo da Educação Especial na Educação Infantil. Baseada nos estudos da matriz histórico-cultural,

a pesquisadora toma um Centro Municipal de Educação Infantil de Vitória - ES como locus de investigação e, por meio de processos de formação continuada, cria contextos para os profissionais da Educação aprofundarem seus conhecimentos sobre a mediação pedagógica, tendo o jogo e a brincadeira como elementos que podem potencializar as práticas pedagógicas. A partir da matriz histórico-cultural, deixa como legado problematizações sobre como o brincar se constitui por excelência uma zona de desenvolvimento profissional.

Moncelin (2008) também adota a Rede Municipal de Vitória como locus de pesquisa e produz reflexões por meio da pesquisa-ação colaborativo-crítica sobre como os professores significam os modos de ser/estar de muitos estudantes, constituindo categorias de alunos denominados como tendo déficit de atenção e hiperatividade. Para tanto, realiza intervenções pedagógicas com esses alunos no cotidiano escolar, possibilitando que a escola crie novas/outras maneiras de significá-los. Souza (2009), mais um estudo pautado na pesquisa-ação colaborativo crítica realizado em uma unidade de Educação Infantil de Vitória, cria, por meio da formação continuada e da sistematização/mediação de práticas pedagógicas mais inclusivas, possibilidades de articulação entre o brincar, o cuidar e o educar no processo de inclusão da criança pequena com deficiência na Educação Infantil.

Raymundo (2010) também buscou respaldo na pesquisa-ação colaborativo para compreender como acontece o processo de aprendizagem da criança com deficiência intelectual, matriculada na Educação Infantil, tendo como aporte teórico a perspectiva histórico-cultural. Busca analisar, por meio da formação continuada, as concepções dos professores sobre deficiência intelectual e inclusão na Educação Infantil e suas implicações no processo de aprendizagem da criança com deficiência intelectual.

Nos processos de formação continuada compostos na unidade municipal de Educação Infantil de Vitória – ES investigada, o autor pode refletir com os profissionais ali em atuação: a) o quanto os professores possuem uma concepção de criança e infância romântica e de conceito de deficiência intelectual advindos da experiência ou de uma construção social; b) como essas concepções acabam por conduzir a prática centrada nas limitações das crianças, dificultando o processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança com deficiência intelectual; c) a

importância da composição de um olhar sensível do educador no processo de mediação do conhecimento.

Já no final da década de 2000, outros trabalhos emergem. Pantaleão (2009), o primeiro a adotar a pesquisa-ação como metodologia de investigação, agora, em seu estudo de doutorado, retoma aos pressupostos desta metodologia de pesquisa para potencializar as ações organizativas da equipe de gestão escolar visando à escolarização de alunos apoiados pela modalidade de Educação Especial. Entende que a escolarização desses sujeitos influencia a gestão escolar, fazendo com que esses profissionais busquem por encaminhamentos vinculados aos processos de organização do trabalho pedagógico, da formação continuada, do planejamento e da organização do currículo. Na medida em que os gestores planejam e sistematizam esses processos, estão constituindo sua própria formação, pois, ao promover formação, se formam simultaneamente.

Na mesma escola em que Pantaleão realiza seu estudo, Sobrinho (2009) mais uma vez se vale dos pressupostos da pesquisa-ação colaborativo-crítica para estudar a trajetória do Fórum de Famílias de Alunos com Deficiência, desencadeado a partir de seu estudo de Mestrado. O autor (agora em sua tese) acompanhou as discussões produzidas no fórum, compondo outras contribuições para relação entre escola e escola. Por meio de momentos de formação entre escola e família, foi articulando discussões sobre a educabilidade dos alunos, a importância do fortalecimento desses dois segmentos na garantia das redes de apoio à aprendizagens dos alunos e as diferentes possibilidades que as famílias encontram para participar da vida estudantil de seus filhos.

Se muitos estudos tomam a escola de ensino regular como locus de delineamento das ações da pesquisa-ação colaborativo-crítica, Menenguci (2012), agora em processo de doutoramento, busca religar a articulação entre os profissionais da Educação, Cultura e Saúde visando à inclusão social de estudantes público-alvo da Educação Especial. Desenvolve momentos de formação continuada em uma Escola de Arte de Vitória – ES, envolvendo vários profissionais: assistentes administrativos, assistentes sociais, atores e atrizes, bacharéis em filosofia, fisioterapeutas, gestores culturais, instrutores de teatro, instrutores de dança,

interpretes de Libras, pedagogos, pessoas com deficiência, pessoas surdas, professores de Arte, dentre outros, tendo como objetivo constituir um grupo interdisciplinar para discussão e proposição de políticas públicas inclusivas, além da realização de uma oficina de teatro para pessoas surdas, fato que resultou em uma Mostra de Cultura e Diversidade, envolvendo diretamente 180 protagonistas.

Voltando ao contexto escolar, deparamo-nos com o estudo de Correia (2014) que, por meio da pesquisa-ação colaborativo-crítica, buscou compor discussões e práticas pedagógicas para o uso da comunicação alternativa e ampliada (CAA) para alunos sem fala articulada em uma escola da Rede Municipal de Vitória - ES. Assim, problematiza a importância da articulação e colaboração entre os profissionais da escola no planejamento das aulas, dos conteúdos, utilizando vários recursos de tecnologias assistivas como elementos facilitadores dessa dinâmica.

Para tanto, desencadeia momentos de formação continuada com os professores para aprofundamento teórico-prático de questões relacionadas à linguagem, aos processos cognitivos e ao uso das tecnologias assistivas e da comunicação alternativa ampliada. O estudo deixa como contribuição para a rede municipal de Vitória – ES: a) que os momentos de formação continuada e o acompanhamento ao trabalho pedagógico alavancam mudanças na concepção dos profissionais sobre os processos de comunicação dos alunos; b) por meio da formação/trabalho pedagógico é possível colocar em análise visões reducionistas que constituem formas padronizadas de comunicação e de interação verbal; c) práticas pedagógicas heterogêneas impõem limites à escolarização de alunos com deficiência e sem fala articulada e em processos de inclusão escolar.

Dando continuidade aos estudos realizados na Rede Municipal de Vitória – ES, a partir dos pressupostos da pesquisa-ação colaborativo-crítica, Cotonhoto (2014) buscou articulações entre o atendimento educacional especializado e o currículo escolar, adotando o cenário de uma unidade de Educação Infantil como locus de análise. Com isso, os profissionais da escola puderam refletir e vivenciar novas redes de significação para as práticas pedagógicas desenvolvidas na sala de recursos multifuncionais e na sala de aula comum visando o

desenvolvimento psicomotor das crianças; o brincar; a aquisição da leitura e escrita; o diálogo entre o currículo escolar e a colaboração entre os profissionais da escola.

Tomando um estudo realizado em rede nacional denominado *Observatório Nacional de Educação Especial: um estudo em rede sobre o funcionamento das salas de recursos multifuncionais – ONEESP* – como disparador de seu estudo de pós-doutoramento, Vieira (2015) contribuiu com o desenvolvimento da investigação que ocorreu em dois momentos interligados. No primeiro, 139 professores de Educação Especial de dez redes de ensino narraram sobre os processos de avaliação de identificação/aprendizagem dos alunos, a organização do trabalho pedagógico em articulação com o atendimento educacional especializado e os processos de formação continuada. Na segunda parte, 56 professores participaram de um Curso de formação continuada, realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Ufes, a partir de questões que desafiavam os professores.

Com isso, Vieira (2015) participou da investigação maior e acompanhou/contribuiu com uma professora da rede municipal de Vitória na extensão (até a escola) das experiências de formação vividas no transcorrer do ONEESP visando compor (com o grupo) estratégias para articulação do atendimento educacional especializado (AEE) com o trabalho pedagógico realizado na sala de aula comum. Com isso, imprime reflexões sobre quanto o AEE pode ser plural em possibilidades de articulação, visando maior envolvimento dos estudantes nos currículos vividos/praticados na sala de aula comum.

Finalizando, podemos perceber que, desde 1999 (ano da primeira utilização da pesquisa-ação como aporte teórico-metodológico em Educação Especial), o Programa de Pós-Graduação em Educação da Ufes vem contribuindo significativamente para a reorganização das escolas da Rede Municipal de Vitória - ES em espaços-tempos inclusivos, tendo como uma das bases deste processo, a pesquisa-ação colaborativo-crítica. A partir desta metodologia, contribuições emergem no âmbito da formação de professores, trabalho colaborativo, práticas pedagógicas, relação entre família-escola, inclusão social das pessoas público-alvo da Educação Especial, organização do trabalho pedagógico, ações dos coordenadores pedagógicos, evidenciando, assim a potência da ação grupal como uma possibilidade de reinvenção de ações, de

pensamentos e de saberes-fazer, além da superação de situações que parecem intransponíveis, levando os pesquisadores a reconhecerem a importância de se implicar com o campo investigado, criar laços de confiabilidade e se dispor a pensar com os participantes envolvidos (JESUS, VIEIRA, EFFGEN, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidencia o quanto a pesquisa-ação colaborativo-crítica vem se configurando uma metodologia de investigação que se debruça a produzir conhecimentos sobre a realidade social, mas também a constituição de novos possíveis para pensarmos a Educação como direito público e subjetivo. No âmbito da Rede Municipal de Vitória, precisamente na área de Educação Especial, tem ajudado professores e gestores educacionais a implementarem ações que perpassam a formação inicial e continuada dos educadores, as práticas pedagógicas, os currículos, os processos de avaliação da aprendizagem, a gestão dos processos ensino-aprendizagem, as práticas organizativas da escola, a relação família e escola, dentre outros, apontando alternativas para que possamos assumir a Educação como um projeto social, ou seja, não como um algo dado, mas algo que é precisamos propor e construir colaborativamente.

Referências

ALMEIDA, Mariângela Lima de. **Formação continuada como processo crítico-reflexivo-colaborativo**: possibilidades de construção de uma prática inclusiva. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

ALMEIDA, Mariângela Lima de. **Uma análise da produção acadêmica sobre os usos da pesquisa-ação em processos de inclusão escolar**: entre o agir comunicativo e o agir estratégico. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

BAPTISTA, Claudio Roberto. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 17, n. 1, mai./Ago. 2011.

BARBIER, Renné. **A pesquisa-ação**. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Líber Livro Editora, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política pública de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, 2008**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2009.

CAETANO, Eldimar de Souza. **Desafios e possibilidades à formação continuada pela via da prática pedagógica**: forjando caminhos em/com uma turma multisseriada. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

CORREIA, Vasti Gonçalves de Paula. **Alunos com paralisia cerebral na escola**: linguagem, comunicação alternativa e processos comunicativos. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

COTONHOTO, Larissy Alves. **Currículo e atendimento educacional especializado na educação infantil**: possibilidades e desafios à inclusão escolar. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação**. 13 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pesquisa ação-pedagógica: práticas de empoderamento e participação. **Revista Educação Temática Digital**. Campinas/SP, v. 18, n. 2, abr./jun. 2016.

GIVIGI, Rosana Carla do Nascimento. **Tecendo redes, pescando idéias**: (re)significando a inclusão nas práticas educativas da escola. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

GOBETE, G. **Educação Especial no município de Vitória/ES no período de 1989 a 2012: políticas e direito à educação**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

GONÇALVES, Agda Felipe Silva. **A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais pela via do trabalho coletivo**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2003.

JESUS, Denise Meyrelles de; VIEIRA, Alexandro Braga; EFFEGEN, Ariadna Pereira Siqueira. Pesquisa-ação colaborativo-crítica: em busca de uma epistemologia. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, jul./set. 2014, p. 771 - 788.

MARTINS, Inês de Oliveira Ramos. **Pedagogos, professores e alunos na construção do trabalho coletivo: a busca por uma escola inclusivo/crítica**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

MENDES, E. G. Observatório Nacional de Educação Especial: estudo em rede nacional sobre as salas de recursos multifuncionais nas escolas comuns. **Projeto de Pesquisa Observatório da Educação**, edital nº 38/2010, CAPES/INEP. Brasília, 2010.

MENENGUCI, Lilian Pereira. **Entrelaçando singulares e múltiplos: tarefa/desafio de educar na perspectiva da diversidade**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

MENENGUCI, Lilian Pereira. **Do caos ao thémata: por epistemologias e práticas na diversidade**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

MONCELIN, Marleide. **Crianças com sinais de desatenção /hiperatividade: o imaginário abstraído da fluidez dos rótulos**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

OLIVEIRA, Renata Imaculada de. **Inclusão na educação Infantil: infância, formação de professores e mediação pedagógica na brincadeira da criança**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

PANTALEÃO, Edson. **A construção de uma prática pedagógica no processo de avaliação e diagnose de alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem nas séries iniciais do**

ensino fundamental. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1999.

PANTALEÃO, Edson. **Formar formando-se nos processos de gestão escolar.** 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

RAYMUNDO, Davidson Nunes. **Indícios de aprendizagem de alunos com deficiência intelectual:** contribuições de abordagem histórico-cultural e a formação de educadores de educação infantil. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo, 2007.

SOBRINHO, Reginaldo Célio. **A participação da família de alunos (as) que apresentam necessidades educativas especiais na escolarização de seus (as) filhos:** construindo caminhos. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

SOBRINHO, Reginaldo Célio. **A relação família e escola a partir da processualidade de um fórum de famílias de alunos com deficiência:** contribuições de Norbert Elias. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

SOUZA, Débora Almeida de. **O trabalho do pedagogo como dispositivo frente aos desafios da escola inclusiva na educação infantil.** 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Revista Brasileira de Educação,** São Paulo, v. 31, n. 3, set./dez. 2005.

VIEIRA, Sonia Aparecida Alvarenga. **Inclusão escolar entre rupturas e continuidades:** desvelando contradições e novos movimentos. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

VIEIRA, A. B. Táticas e estratégias constituídas por professores para articulação do currículo escolar e o atendimento educacional especializado. 2015. Relatório (Pós-Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.